

**A Igualdade dos Géneros como Boa Economia
Um Plano de Acção do Grupo Banco Mundial
(Anos fiscais 2007 – 10)**

Setembro de 2006

ÍNDICE

Objectivo: Avançar a capacitação económica das mulheres	4
Antecedentes	4
Fundamentos	5
Complementaridade com os Mandatos Existentes	6
Princípios Orientadores.....	6
Processo e Parceiros.....	7
Enquadramento	8
Estratégia Global.....	10
Prioridades Regionais	11
Países Centro de Atenção.....	12
Áreas de Acção	13
Resultados Esperados.....	24
Monitorização e Avaliação	25
Governança	26
Recursos Humanos e Financiamento.....	27
Medidas Seguintes	28

Figuras

Figura 1. Aumentar a Capacitação Económica das Mulheres: Exemplos de Intervenções a Nível de Políticas e de Agência em Mercados Chave	9
Figura 2. Quatro Áreas de Acção para Atender aos Objectivos do Plano	13

Quadros

Quadro 1. Lista preliminar de possíveis países centro de atenção.....	12
Quadro 2. Área de Acção 1 — Compromissos do Grupo Banco Mundial com operações e estudos económicos e sectoriais (ESW)	14
Quadro 3. Área de Acção 2 — Compromissos do Banco Mundial para Iniciativas em Prol de Resultados	19
Quadro 4a. Área de Acção 3 — Compromissos do Grupo Banco Mundial em pesquisa de políticas sobre capacitação económica das mulheres	20
Quadro 4b. Área de Acção 3 — Compromissos do Grupo Banco Mundial em estatísticas ventiladas pelo sexo	21
Quadro 5. Área de Acção 4 — Realizar campanha de comunicação alvejada e formação de pessoal.....	22

Anexos

Anexo 1: Lista de indivíduos consultados	29
Anexo 2: Acordos de Implementação Propostos para o Plano de Acção.....	32

Abreviaturas e Siglas

AFR	Região África
ARD	Agricultura e Desenvolvimento Rural
BBL	Seminário “Brown Bag Lunch”
BNPP	Programa de Parceria Banco/Países Baixos
CAS	Estratégia de Assistência ao País
COCIN	Divisão de Investimento (Mineração IFC)
COCPO	Divisão do BIRD de Política para o Petróleo, Gás e Mineração
DEC	Economia de Desenvolvimento
DECDG	Grupo de Dados de Economia de Desenvolvimento
DECRG	Grupo de Pesquisa de Desenvolvimento
DGF	Mecanismo de Doação para o Desenvolvimento
DHS	Levantamento Demográfico e de Saúde
DIME	Avaliação de Impacto no Desenvolvimento
DPL	Empréstimos para Política de Desenvolvimento
DRC	Custo do Recurso Doméstico
ECA	Europa e Ásia Central
EGCG	Grupo Consultivo Externo para as Questões de Género
IE	Indústria Extractiva
ESMAP	Programa de Assistência à Gestão do Sector da Energia
ESW	Estudos Económicos e Sectoriais
EXT	Assuntos exteriores
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FIAS	Serviços de Aconselhamento para o Investimento Estrangeiro
AF	Ano Fiscal
GA	Avaliação de Género
GAD	Género e Desenvolvimento
GEM	Mercados para o Desenvolvimento da Capacidade Empresarial das Mulheres
GENRD	Grupo Temático para Género e Desenvolvimento Rural
GGA	Avaliação de Género e Crescimento
GICT	Departamento de Informação Global e Tecnologias de Comunicação (BM e IFC, em conjunto)
VIH/SIDA	Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
ICA	Avaliação do Clima de Investimento
ICR	Relatório da Conclusão da Implementação
ICRW	Centro Internacional de Pesquisa sobre Mulheres
ICS	Levantamento do Clima de Investimento
TCI	Tecnologia de Informação e Comunicações
IEG	Grupo Independente de Avaliação
IFC	Sociedade Financeira Internacional
ILO	
OMT	Organização Mundial do Trabalho
INF	Vice-presidência das Infra-estruturas
LEG	Departamento Jurídico
LEGVP	Vice-presidência dos Departamentos Jurídicos
LIS	Estudo de Rendimento de Luxemburgo
LSMS	Medida do Padrão de Vida
MAPS	Programa Multinacional de SIDA para África
MDB	Banco Multilateral de Desenvolvimento
MDG3	Meta de Desenvolvimento do Milénio Nº 3
ONG	Organizações Não Governamentais
NVP	Vice-presidência de Redes (Networks)
OECD/DAC	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico/Cooperação para o Desenvolvimento

OPCS	Política Operacional e Serviços aos Países
OVP	Vice-presidências operacionais
PER	Análise das Despesas Públicas
PREM	Redução da Pobreza e Gestão Económica
PRMGE	Unidade de Redução da Pobreza, Gestão Económica, Género e Desenvolvimento
PRMVP	Vice-presidência da Redução da Pobreza e Gestão Económica
QAG	Grupo para a Garantia da Qualidade
RBIs	Iniciativas em Favor de Resultados
ROSCA	Associação de Poupança e Crédito Rotativo
RVP	Vice-presidente Regional
SAR	Região Ásia Austral
SASKI	Sistemas Agrícolas Sustentáveis e Instituição de Conhecimento
SDV	Departamento de Desenvolvimento Social
SIL	Empréstimo para Investimento Sectorial
TTL	Chefe da Equipa do Projecto
TUDTR	Unidade de Transportes
ONU	Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNECE	Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para as Actividades Populacionais
UNIFEM	Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres
EUA	Estados Unidos da América
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
GBM	Grupo Banco Mundial
WBIPR	Divisão de Redução da Pobreza e Gestão Económica do Instituto do Banco Mundial
WDR	Relatório do Desenvolvimento Mundial
WEF	Fórum Económico Mundial
WRMG	Grupo de Gestão dos Recursos Hídricos
WSG	Programa de Água e Saneamento

A Igualdade dos Géneros como Boa Economia: Um Plano de Acção do Grupo Banco Mundial (Anos Fiscais 2007 – 10)

“Esqueçam a China, a Índia e a Internet: o crescimento económico é movido pelas mulheres.”
The Economist¹

Objectivo: Avançar a capacitação económica das mulheres

Este Plano de Acção procura fazer progredir a capacitação económica das mulheres nos países clientes do Grupo Banco Mundial, com vista a promover o crescimento partilhado e acelerar a execução da Meta de Desenvolvimento do Milénio N° 3 (MDG3 – promover a igualdade de direitos entre os sexos e a capacitação das mulheres).

O Plano estabelecerá o compromisso do Grupo Banco Mundial de intensificar e ampliar a integração da componente género nos sectores económicos² ao longo de quatro anos, em parceria com os países clientes, dadores e outros organismos de desenvolvimento. O Grupo Banco e seus parceiros elevariam os recursos dedicados às questões de género em operações e assistência técnica, em Iniciativas em favor de Resultados (RBI) e em pesquisa relevante em termos de políticas e estatísticas. Uma avaliação no fim do período de quatro anos determinaria se se deve ou não estender o período do Plano de Acção.

Antecedentes

O Banco Mundial patrocinou uma reunião consultiva de alto nível em Fevereiro de 2006 para explorar os desafios que se levantam à implementação da MDG3 e para identificar formas concretas de acelerar o progresso com vista à igualdade entre os géneros.³ As principais mensagens que emergiram desta reunião foram:

- Com o atraso em todo o mundo no cumprimento das obrigações assumidas com vista à consecução da MDG3, é necessário recapturar o ímpeto de Beijing e reactivar a agenda da igualdade de direitos entre os géneros.
- A integração do elemento género é uma estratégia sólida e viável, mas precisa de maior relevância em termos operacionais e de estar mais centrada nos resultados.
- Para uma execução bem sucedida da MDG3 serão precisos recursos volumosos para além daqueles que já estão afectados. Vai também ser necessária uma melhor harmonização e coordenação entre os dadores, bem como maior responsabilização pela utilização dos recursos.
- São precisos cada vez mais e melhores estatísticas e indicadores de género para se aperfeiçoar os estudos analíticos – um motor essencial das operações do Banco Mundial.

¹ 15 de Abril de 2006.

² Os sectores económicos compreendem a agricultura, desenvolvimento do sector privado, finanças e infra-estruturas (energia, transportes, mineração, TIC e água e saneamento).

³ Os parceiros incluíam os governos da Noruega e do Reino Unido, a Rede sobre Igualdade dos géneros do DAC-OCDE e colegas do Sistema da ONU, incluindo UNIFEM, a Divisão das Nações Unidas para o Progresso das Mulheres e o Projecto Millenium das Nações Unidas.

É também essencial uma avaliação rigorosa dos Projectos do Banco Mundial e de outros organismos com vista a identificar boas práticas na promoção da capacitação económica das mulheres.

- Para o Banco Mundial, a atribuição de prioridade ao trabalho nos sectores económicos “vai dar mais impulso às questões de género”⁴.

Este documento responde ao desafio lançado no encerramento das consultas destinadas a desenvolver um plano de acção para acelerar a consecução da MDG3.⁵

Fundamentos

Para promover o desenvolvimento económico e alcançar as MDGs — especialmente a MDG de redução da pobreza e a MDG da igualdade dos géneros — a comunidade global tem de prestar uma atenção renovada à capacitação económica das mulheres e aumentar os investimentos nas mulheres.⁶ A expansão das oportunidades económicas das mulheres está aquém das conquistas em competências das mulheres. Está-se perante uma situação ineficiente, pois o aumento da participação das mulheres na força de trabalho e nos rendimentos está associado com a redução da pobreza e um crescimento mais rápido;⁷ as mulheres vão beneficiar da sua capacitação económica, mas também os homens, crianças e a sociedade como um todo. A falta de capacitação económica das mulheres, por seu turno, não só faz perigar o crescimento e a redução da pobreza mas também produz uma série de outros impactos negativos, incluindo resultados menos favoráveis na educação e saúde das crianças e uma propagação mais rápida de VIH/SIDA.⁸ Em suma, a teoria económica que defende a expansão das oportunidades económicas das mulheres está a tornar-se cada vez mais evidente; não é nada mais do que um caso de economia arguta.

A monitorização anual do progresso na implementação da estratégia do Banco de 2001 de inclusão generalizada do elemento género revela uma melhoria constante nos estudos de diagnóstico, operações de concessão de empréstimos e assistência técnica⁹ do país. Por exemplo, os relatórios anuais da monitorização indicam que, durante o AF04 e o AF05, 90% dos projectos do Banco Mundial nos sectores da saúde e da educação incorporavam questões de género na sua concepção.¹⁰ Enquanto o Banco alcançava resultados satisfatórios na integração generalizada de questões de género nestes sectores sociais, já os seus êxitos no domínio da promoção da participação económica das mulheres, do reforço das instituições com vista à recolha de dados ventilados pelo sexo e na medição de resultados das suas intervenções, ventilados pelo género,

⁴ Declaração de James Adams (Vice-presidente, OPCVP) nas Consultas de Alto Nível de 16 de Fevereiro de 2006.

⁵ Nota de encerramento de Danny Leipziger, Vice-presidente e Chefe de *Network*, PREM, Banco Mundial. 16 de Fevereiro de 2006.

⁶ É oportuno referir que a meta da MDG3 – eliminação das disparidades entre os sexos em matéria de educação - é um veículo crucial, mas não o único, para a prossecução da igualdade entre os dois géneros. Este Plano de Acção incide no veículo, igualmente importante, da capacitação económica das mulheres, que recebeu muito menos atenção na política de desenvolvimento.

⁷ Discurso de Abertura do Presidente do Banco Mundial, Paul Wolfowitz, nas Consultas de Alto Nível a 16 de Fevereiro de 2006.

⁸ *Engendering Development through Gender Equality in Rights, Resources, and Voice*. World Bank Policy Research Report. Washington, D.C.: Oxford University Press. 2001.

⁹ World Bank. 2002. *Integrating Gender into the World Bank's Work: A Strategy for Action*.

¹⁰ Grupo de Género e Desenvolvimento (PRMGE). *Implementing the Bank's Gender Mainstreaming Strategy. Annual Monitoring Reports* para os AF02, AF03 & AF04-05. Banco Mundial. Washington, DC.

foram menos satisfatórios. De uma forma geral, o progresso registado nos sectores económicos que importam para o crescimento foi menos robusto.¹¹ O Grupo Banco precisa de reforçar a integração das questões de género nos sectores económicos, área onde tem uma vantagem comparativa. Assim, existe uma correspondência natural entre as competências centrais do Grupo Banco e o objectivo deste Plano de Acção.

Complementaridade com os Mandatos Existentes

O Plano de Acção inspira-se no objectivo enunciado na estratégia do Banco Mundial de incorporação generalizada do elemento género: integrar considerações de igualdade dos géneros na assistência do Banco ao país. Em Março de 2003, o Banco actualizou e reemitiu a sua Política Operacional em Matéria de Género e Desenvolvimento (OP 4.20) por forma a reflectir as recomendações da estratégia e emitiu uma declaração de Procedimentos do Banco (BP 4.20) definindo os procedimentos de inclusão generalizada da componente género. No seu conjunto, a estratégia de integração generalizada da questão género, a OP e a BP fornecem o enquadramento de políticas para a promoção das questões de género como parte dos estudos analíticos, diálogo de políticas e assistência ao país com um enfoque estratégico.

O Plano de Acção assenta no enquadramento de políticas; não está concebido para substituir a estratégia de integração generalizada de género, mas antes para fazer progredir a sua implementação. O Plano define um roteiro concreto de quatro anos para se intensificar a execução da estratégia de inclusão generalizada do elemento género nos sectores económicos. A execução deste roteiro daria às questões de género um maior impulso institucional e colocaria o Banco como um líder universal na questão da capacitação económica das mulheres.

O Plano de Acção explora as lições aprendidas com a recente experiência do Banco em matéria de inclusão da questão género. Uma avaliação compreensiva dos trabalhos do Banco Mundial sobre questões de género durante a década de 90 revelou que o sucesso do Banco, em termos de inclusão generalizada das questões de género na saúde e na educação, foi o resultado de se ter desenvolvido uma fundamentação empírica sólida e de se ter afectado a estes sectores funcionários do Banco com o relevante conhecimento dos assuntos relativos a género. A avaliação também provou, no entanto, que a implementação incompleta do Banco da sua política de género era, em parte, fruto da deficiência registada na medição do impacto, ventilado pelo sexo, da assistência do Banco.¹² Em resposta, este Plano propõe desenvolver o caso económico, reforçar os conhecimentos dos funcionários e medir os impactos de desenvolvimento da incorporação do género nos sectores económicos. Engloba também uma outra lição importante da estratégia de 2001 de inclusão de género – especificamente, que o financiamento inicial estratégico pode ser eficaz na criação de compromisso institucional com vista a incorporar o tema género nas obras analíticas e operacionais.

Princípios Orientadores

O Plano de Acção é informado por um conjunto de princípios orientadores centrais. O Plano é:

¹¹ The World Bank Issue Brief: Gender Equality, World Bank, Março de 2006

¹² Banco Mundial (2005). *Evaluating a Decade of World Bank Gender Policy: 1990-99*. Operations Evaluation Department. Banco Mundial. Washington, DC.

- Centrado em países e áreas seleccionados — com base em competência e em valor acrescentado
- Talhado em função das realidades e necessidades de cada país
- Assente em provas empíricas sobre desigualdades de tratamento dos sexos e boas práticas na sua resolução
- Orientado para resultados — processos, efeitos e impactos
- Centrado na criação e reprodução de sucessos
- Baseado em incentivos e não em mandatos e obrigações
- Concebido para promover a eficácia do desenvolvimento e para estar conforme à Declaração de Paris¹³

Processo e Parceiros

A preparação do Plano de Acção foi um processo consultivo e colaborativo, com contribuições internas e externas que se realizaram dentro do prazo de 100 dias estipulado pelo Vice-presidente PREM. A nível interno, os principais órgãos consultivos foram o Conselho de Género e Desenvolvimento (GAD) e um Grupo Ad-hoc de Nível Sénior para Aconselhamento, constituído especificamente para fornecer informações retrospectivas sobre o Plano; regiões e redes (networks) estavam representadas em ambos os grupos. Funcionários chave do GBM foram também consultados individualmente, para este efeito. A nível externo, a versão preliminar do Plano foi partilhada com a Rede para Igualdade dos géneros do DAC/OCDE (Gendernet— um co-patrocinador das Consultas de Alto Nível sobre a MDG3) e com o Grupo Consultivo Externo do Banco sobre Género (EGCG). No Anexo 1 referem-se os membros do Grupo de Nível Sénior para Aconselhamento, os representantes da Gendernet e os membros do EGCG que prestaram informações retrospectivas sobre o Plano.

As consultas foram lançadas com sessões separadas de “brainstorming” do Conselho GAD e da Gendernet no fim de Fevereiro, pouco depois de o Banco ter anunciado a preparação do Plano. Estas sessões de “brainstorming” foram acompanhadas internamente com entrevistas individuais estruturadas com os funcionários de género, sectoriais e regionais para se definirem prioridades, cobertura e instrumentos para o Plano. Um primeiro “ensaio” do enquadramento do Plano e das componentes chave foi discutido internamente no Conselho GAD e numa reunião informal Gendernet em Março de 2006.

A primeira versão do Plano foi enviada ao Conselho GAD para comentários no final de Abril e apresentada ao Grupo de Parecer de Nível Sénior e à Gendernet no princípio de Maio. Gendernet dedicou uma sessão completa de meio dia à sua discussão e apresentou comentários detalhados sobre o Plano. Esta versão preliminar também foi discutida com o Grupo Consultivo Externo do Banco para Questões de Género (EGCG) na sua reunião regular em meados de Maio. Os membros do EGCG, representando organizações da sociedade civil de diferentes regiões do mundo, passaram várias sessões a discutir a versão preliminar do Plano com os funcionários do BM e da IFC especializados em questões de género que participaram nas reuniões. Uma versão

¹³ A Declaração de Paris, endossada a 2 de Março de 2005, obriga mais de 100 países e organizações de desenvolvimento a continuarem a aumentar os seus esforços na área de harmonização, alinhamento e gestão da ajuda com vista a resultados, com um conjunto de acções monitorizáveis e indicadores..

preliminar revista, resultado destas diferentes consultas, em meados de Junho foi enviada às OVPs para análise. Esta versão incorpora os contributos da eventual revisão da OVP.

Para poder ser implementado, o Plano precisa de envolver completamente as organizações da sociedade civil e do sector privado nos países centro da atenção e obter o empenho e a adesão dos governos clientes. A lista provisória de países centro da atenção, com base em consultas amplas com as Regiões, assume que existe uma adesão governamental nestes países. O lançamento do Plano iria incluir o diálogo com os governos e sociedade civil como parte do processo final de selecção dos países.

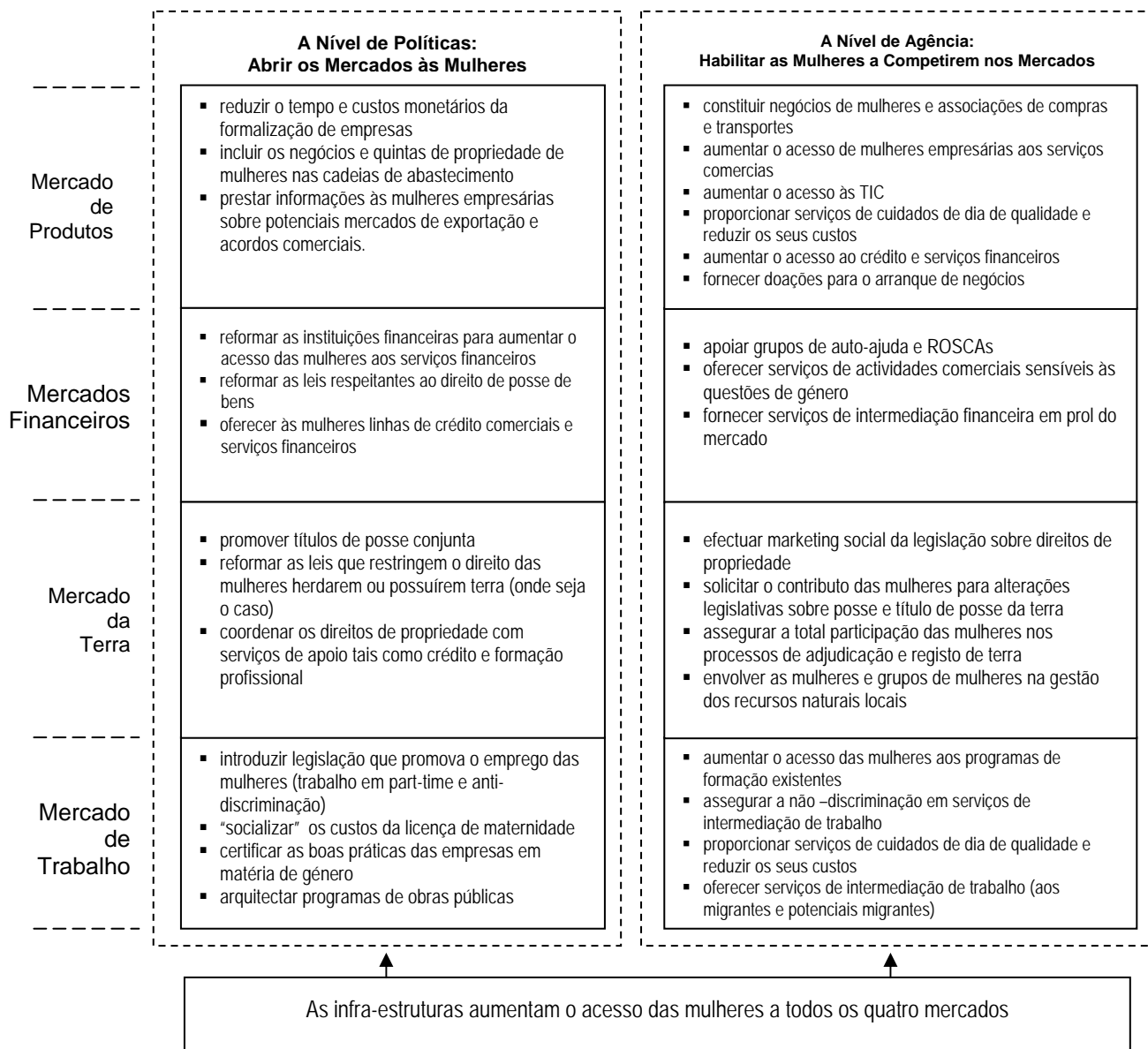
Enquadramento

A capacitação económica consiste em *abrir os mercados às mulheres* (a nível de política) e a *habilitar as mulheres a competirem nos mercados* (a nível de agência).¹⁴ O Plano de Acção visa quatro mercados chave: terra, trabalho, produtos e financeiros, escolhidos por causa do seu potencial para produzirem aumentos rápidos e sustentados na produtividade e rendimentos das mulheres. O Plano identifica e executa medidas de políticas destinadas a nivelar as condições e a melhorar o ambiente institucional e de políticas para as mulheres nestes quatro mercados – incluindo tanto o mercado formal como informal. Faz o mesmo para as medidas a nível de agência destinadas a aumentar a aptidão das mulheres para competirem nestes mercados. Por último, reduz os custos de transacção através de investimentos em infra-estruturas que aumentam o acesso básico das mulheres aos quatro mercados (Figura 1).¹⁵ Algumas das acções do Plano são implementadas através das operações e da assistência técnica do Grupo Banco, enquanto outras são executadas por outros organismos externos.

¹⁴ Conforme refere Malhotra et al. (2002), agência humana é um conceito fulcral na descrição do processo de desenvolvimento de Amartya Sen (1999) como uma forma de eliminar várias “desliberdades” que constroem a escolha individual. Agência refere-se à capacidade de formular escolhas estratégicas e de controlar os recursos e decisões que afectam os resultados importantes da vida (Malhotra et al., 2002). Na sequência do *Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2007*, definimos agência mais sucintamente como “a aptidão para definir metas e actuar nesse sentido.” Ver Malhotra, Anju et al. 2002. “Measuring Women’s Empowerment as a Variable in International Development.” Documento de base para o Workshop do Banco Mundial “Pobreza e Género: Novas Perspectivas”. Washington, D.C.: World Bank, and Sen, Amartya. 1999. *Development as Freedom*. Oxford: Oxford University Press.

¹⁵ Algumas destas intervenções centram-se exclusivamente em mulheres, enquanto algumas intervenções “gerais” vão beneficiar tanto mulheres como homens. No caso de intervenções gerais, podem ser necessárias medidas alvejadas para assegurar que as mulheres participam e beneficiam.

Figura 1. Aumentar a Capacitação Económica das Mulheres: Exemplos de Intervenções a Nível de Políticas e de Agência em Mercados Chave



O traço comum que une as iniciativas contidas na Figura 1 é o potencial para produzir resultados visíveis num prazo razoável de tempo. Nos mercados financeiros, por exemplo, a reforma das instituições financeiras para aumentar o acesso das mulheres, intensificar a aptidão das mulheres para possuírem bens e estabelecer linhas de crédito específicas para mulheres empresárias são intervenções a nível de políticas que podem gerar impactos tangíveis, frequentemente num curto espaço de tempo. A nível individual, de agência, o apoio a grupos de auto-ajuda e as associações de poupanças e crédito renováveis (ROSCAs) bem como a prestação de serviços de intermediação financeira podem capacitar as mulheres no sentido de competirem nos mercados financeiros.

Para a participação em todos os mercados, são fundamentais as intervenções que aumentem a compatibilidade entre os papéis produtivos e reprodutores das mulheres – tais como acesso a cuidados infantis e serviços de saúde reprodutora de qualidade. Da mesma forma, iniciativas destinadas a melhorar o acesso a infra-estruturas podem promover a capacitação económica das mulheres em todos os mercados. Por exemplo, aumentar a aptidão das mulheres para utilizar os vários modos de transporte iria aumentar a capacidade de emprego, permitir às mulheres uma interacção com as instituições formais e informais do mercado de crédito e oferecer um acesso mais fácil a mercados para os bens produzidos pelas mulheres.

Existem intervenções comprovadas para capacitar economicamente as mulheres que o Plano de Acção não contempla por causa da ênfase na produção de resultados demonstráveis num espaço de tempo razoável. Por exemplo, muitas intervenções a nível de agência, incidentes em variáveis do capital humano (educação, saúde e experiência no mercado de trabalho) e factores familiares, sociais e culturais que afectam o acesso e participação das mulheres nestes mercados vão aumentar a capacitação económica das mulheres – mas fá-lo-ão no médio e longo prazo. Logo, não estão incluídos como áreas de intervenção directa neste Plano.

Uma política macroeconómica sólida, uma governação receptiva, um clima de negócios propício e a abertura e responsabilização das instituições também afecta os resultados para as mulheres (e homens) mas, na sua maioria, funcionam para além da influência deste Plano de Acção. Mesmo assim, o Plano pode contemplar alguns aspectos do ambiente propício para as mulheres trabalhadoras – tais como a capacidade de as organizações de mulheres para atingirem um nível de sofisticação em que estejam aptas a articular e advogar políticas destinadas a promover a capacitação económica das mulheres. Por exemplo, o apoio alvejado aos negócios das mulheres e a grupos de defesa pode melhorar o ambiente favorável para as mulheres trabalhadoras ao influenciar políticas e regulamentos comerciais e também ao promover a responsabilização do governo face aos cidadãos. Outros factores chave, tais como a opinião dos responsáveis pela formulação de políticas quanto ao interesse de se aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho, podem ser influenciados pelos estudos analíticos do Plano.

Embora o Plano de Acção esteja concebido para arrancar actividades e produzir resultados precoces, visa também gerar efeitos sustentáveis de longo prazo na incorporação generalizada dentro do Banco das questões de género e, mais directamente, das mulheres. As mulheres ganhariam se, a longo prazo, as actividades do Plano de Acção resultassem em alterações duradouras de programas e de políticas. Os impactos sustentáveis na integração das questões de género ocorreriam através do efeito demonstrador de resultados concretos e passíveis de serem reproduzidos e da edificação de conhecimento e criação de capacidade a muitos níveis dentro e fora do Banco.

Estratégia Global

Este Plano de Acção propõe-se produzir resultados. Os resultados incluem efeitos intermédios e finais; estes deverão ser concretos e comensuráveis. Um resultado particularmente importante seria assegurar o apoio do Grupo Banco e dos países a acções que visem expandir as oportunidades das mulheres para além do tempo de vida do Plano.

Para aumentar a probabilidade de obtenção de resultados concretos, o Plano:

- Selecciona países *centro de atenção* e talha medidas em função das realidades dos países.
- Engendra instrumentos existentes do Grupo Banco, directamente relevantes para a capacitação económica das mulheres (tais como ICAs, CASs e PERs).
- Reforça as estatísticas sobre a participação económica das mulheres, elemento essencial para tornar as suas contribuições visíveis à economia e para se medirem os resultados.
- Realiza comunicações alvejadas para patrocinar parcerias, aumentar o controlo do país e melhorar a execução de projectos e disseminar as lições aprendidas.

Prioridades Regionais

Conforme se referiu na secção “Processos e Parceiros”, este Plano de Acção foi desenvolvido com base em consultas exaustivas com funcionários do Banco, com particular incidência em contributos das Regiões. O Plano de Acção acrescenta valor ao intensificar o trabalho regional presentemente em curso e ao lançar novas áreas estratégicas de trabalho. Entre os exemplos de trabalho regional, que seria lançado ou intensificado ao abrigo deste Plano, incluem-se:

1. *África*: Elaboração de um relatório emblemático de políticas com base em documentação de melhores práticas nos países centro de atenção, com vista a reforçar a contribuição das mulheres para o crescimento partilhado. Investimentos em sectores económicos chave, destinados a melhorar o acesso efectivo das mulheres aos recursos produtivos, com especial incidência na agricultura e desenvolvimento do sector privado. Expansão do programa de trabalho da Região sobre Género e Lei para melhorar a segurança económica e o estatuto legal das mulheres.
2. *Ásia Oriental e Pacífico*: Pesquisa em matéria de mão-de-obra migrante das mulheres (tanto nacional como internacional), políticas de mercado de trabalho e as determinantes da capacitação económica e política das mulheres. Intervenções destinadas a criarem capacidade de defesa da causa nas redes (networks) de desenvolvimento económico das mulheres. Criação de um mecanismo regional para atribuição de doações com vista a reforçar a capacidade destas redes para influenciar a política de desenvolvimento.
3. *Europa e Ásia Central*: Pesquisa em questões de género e económicas, incluindo actualização do relatório emblemático do Banco Mundial sobre género e transição e utilização desta pesquisa para influenciar a procura dos países por operações informadas pelo género. Acções operacionais para aumentar o acesso das mulheres empresárias ao crédito comercial na Ásia Central e outros países da região.
4. *América Latina e Caraíbas*: Pesquisa de políticas que justifiquem, em termos comerciais, a arquitectura do desenvolvimento nacional. Estudos analíticos e assistência técnica no domínio de mercados de trabalho, pensões, reforma da legislação laboral, direitos de propriedade e exercício dos direitos de cidadania.
5. *Médio Oriente e Norte de África*: Trabalho operacional e analítico para fazer progredir os esforços em curso da região destinados a oferecer às mulheres acesso aos recursos públicos, empregos e benefícios e activos, através de: i) género e infra-estruturas, visto que afecta o tempo utilizado pelas mulheres e o acesso à esfera pública – e o modo como tal se reflecte nas despesas públicas; ii) elos entre os mercados de trabalho formal e informal; e iii) estudos

analíticos sobre as avaliações do clima de investimento e o papel das mulheres no sector privado.

6. *Ásia do Sul*: Pesquisa de políticas para se entender a interacção entre género e outros aspectos da exclusão social. Desenvolvimento de um enquadramento de inclusão social, através da preparação de avaliações conjuntas de género, social e de pobreza.

Países Centro de Atenção

O Plano de Acção concentra as suas actividades num número relativamente pequeno de países centro de atenção, com vista a aumentar a probabilidade de se escalarem as acções e de se obterem impactos comensuráveis. Os Vice-presidentes Regionais seleccionam a lista inicial de países centro de atenção numa base preliminar. Esta lista seria sujeita a um aperfeiçoamento adicional com base nos critérios seguintes:

- Consistência com as Estratégias de Assistência ao País do Banco
- Sinergia com os trabalhos analíticos e operacionais em curso no país do Grupo Banco Mundial
- Procura manifestada pelos países clientes
- Capacidade institucional das potenciais agências executoras
- Sinergia potencial com o trabalho em curso ou planeado de outras instituições multilaterais, dadores ou agências da ONU.

A selecção final dos países centro de atenção seria feita pelo Comité Executivo interno do Grupo Banco para o Plano de Acção (vide secção de “Governança” abaixo). As Vice-presidências Regionais estariam representadas no Comité Executivo e os directores ou gestores de países seriam consultados. As Regiões teriam a flexibilidade de periodicamente reavaliar a viabilidade dos países centro de atenção e, se necessário, seleccionar países alternativos em resposta às circunstâncias mutantes. (Ver Quadro 1 para a lista preliminar de países centro de atenção.)

Quadro 1. Lista preliminar de possíveis países centro de atenção

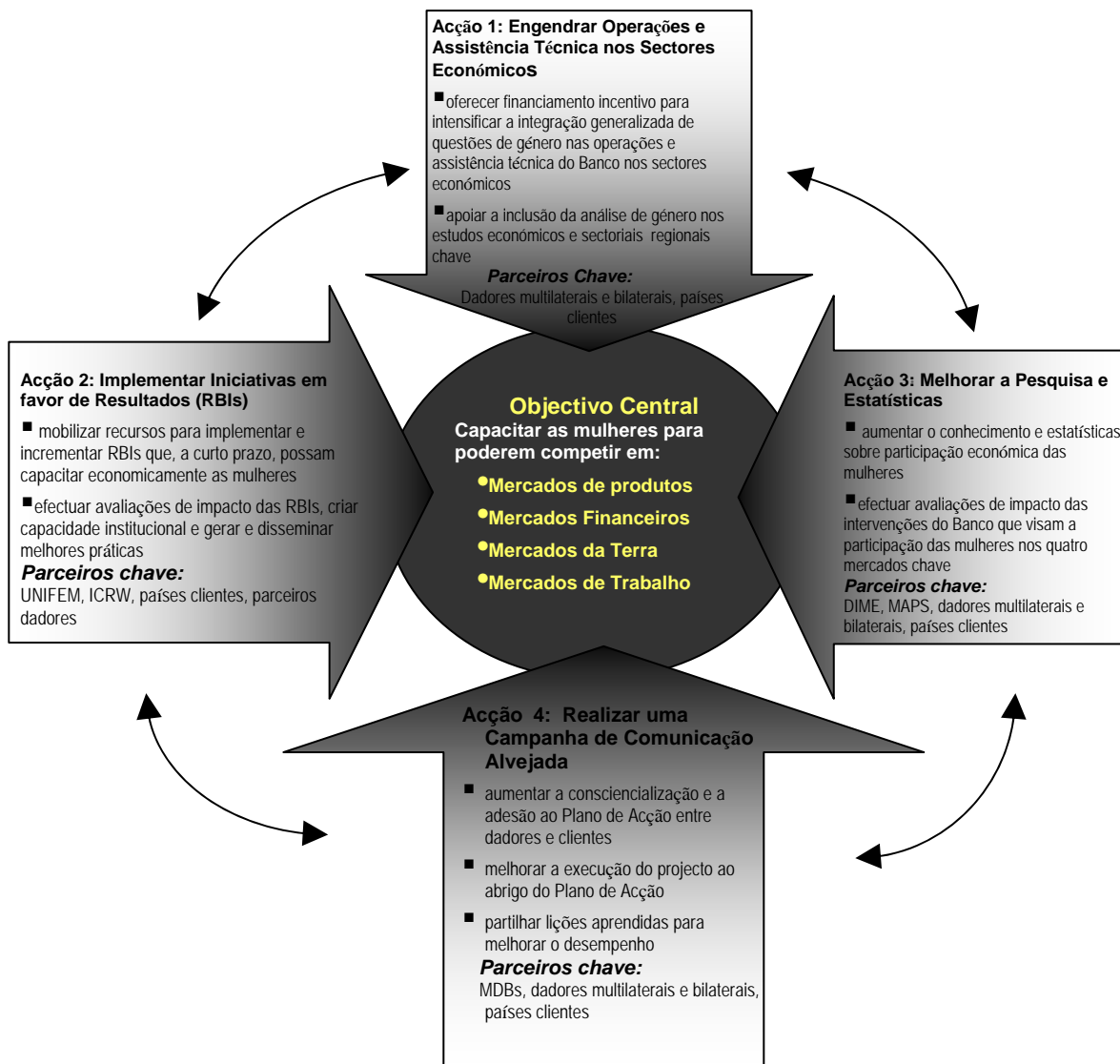
<i>Países de Baixo Rendimento</i>		<i>Estados Frágeis</i>	<i>Países de Médio Rendimento</i>
• Afeganistão	• Moçambique	• Libéria	• Arménia
• Cambodja	• Níger	• Serra Leoa	• Chile
• Etiópia	• Papua Nova Guiné	• Sudão	• China
• Gana	• Senegal		• Egipto
• Honduras	• Tajiquistão		• Guatemala
• Quénia	• Tanzânia		• Indonésia
• RDP Laos	• Timor-Leste		• Marrocos
• Malawi	• Uganda		• Nicarágua
• Mauritània	• Vietname		• Filipinas
• Mongólia	• Iémen		• Uruguai

Áreas de Acção

O objectivo global do Plano de Acção é avançar a capacitação económica das mulheres mediante a intensificação da aptidão das mulheres para participarem no mercado de trabalho, da terra, financeiro e de produtos, promovendo assim o crescimento partilhado e acelerando a implementação da MDG3.

Para responder a este objectivo, o Plano de Acção comprometeria o Grupo Banco a trabalhar nas quatro áreas de acção (Figura 2):

Figura 2. Quatro Áreas de Acção para Atender aos Objectivos do Plano



- **Acção 1:** Intensificar a incorporação generalizada das questões de género nas operações do Banco e da IFC e em estudos regionais económicos e sectoriais fundamentais.
- **Acção 2:** Mobilizar recursos para implementar e incrementar Iniciativas em favor de Resultados (RBIs) que capacitem economicamente as mulheres.
- **Acção 3:** Aumentar o conhecimento e estatísticas sobre a participação económica das mulheres e a relação entre igualdade dos géneros, crescimento e redução da pobreza.
- **Acção 4:** Realizar uma campanha de comunicação alvejada para promover parcerias e melhorar a execução de projectos, enfatizando o papel central das mulheres como agentes económicos para fins de crescimento e redução da pobreza.

As áreas de acção complementam-se entre si. Pesquisa e RBIs alimentam as operações e vice-versa, enquanto a comunicação é concebida para facilitar a execução das RBIs e disseminar os resultados da pesquisa e as lições aprendidas. As actividades identificadas para cada área de acção são indicadas abaixo; pretendem ser um menu de opções, a partir do qual as Regiões e as Networks podem escolher as actividades mais apropriadas, dependendo da existência de recursos e das prioridades regionais.

Acção 1: Engendrar Operações e Estudos Económicos e Sectoriais do Grupo Banco Mundial

O Banco registou avanços significativos na arquitectura de operações do sector social. O conhecimento e as fundações operacionais são sólidos e a maior parte dos empréstimos são concretizados. Mas tal não é o caso com as operações do sector económico e a assistência técnica, onde se observam lacunas significativas no conhecimento, estudos analíticos e operações. Existem muitas oportunidades não exploradas para se intensificar a integração generalizada das questões de género em sectores tais como infra-estruturas e agricultura, onde a incorporação das questões de género está atrasada e o potencial para impactos demonstráveis na capacitação económica das mulheres – e no crescimento partilhado – é elevado.

A Acção 1 visa ligar estas oportunidades estratégicas mediante a intensificação da incorporação generalizada das questões de género nas operações de infra-estruturas (energia, transportes, mineração, TIC e água e saneamento), agricultura e do sector financeiro como operações de medidas de intervenção (Empréstimos para Políticas de Desenvolvimento e Créditos de Apoio à Redução da Pobreza). Esta acção também propõe que se realizem Estudos Económicos e Sectoriais fundamentais, tais como avaliações do clima de investimento e se produzam avaliações integradas da pobreza, social e de género. Os principais executores da Acção 1 seriam o Banco Mundial e a IFC (ver Quadro 2).

Quadro 2. Área de Acção 1 — Compromissos do Grupo Banco Mundial com operações e estudos económicos e sectoriais (ESW)

Objectivos específicos	Acções	Indicadores de desempenho	Principais executores(s) ^a
Iniciativas sectoriais ^b			

Objectivos específicos	Ações	Indicadores de desempenho	Principais executores(s)^a
Intensificar a realização de operações de energia	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar o enfoque no género da ampliação da agenda de Acesso à Energia 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior enfoque no género dos ESW e dos projectos de investimento 	ESMAP, Regiões
Intensificar a realização de operações de transportes	<ul style="list-style-type: none"> • Racionalizar ou ampliar e aplicar as conclusões da análise nos projectos de infra-estruturas em pelo menos duas regiões seleccionadas (precisa de pelo menos 25 semanas/funcionário por região) • Coordenar a actualização das bases de dados de ferramentas e de casos de boa prática existentes no domínio de género e transportes (10 semanas/funcionário por ano de actividade) • Conduzir avaliação de impacto rápida a posteriori do investimento em infra-estruturas em três países que tenham adoptado um sólido ambiente de políticas de género (15 semanas/funcionário) 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da qualidade das operações do Banco que aplicam o conhecimento derivado dos estudos analíticos 	INF (TUDTR), Regiões
Intensificar a realização de operações de infra-estruturas transversais	<ul style="list-style-type: none"> • Produzir uma peça analítica de reflexão sobre o uso de fontes de infra-estruturas para proporcionar às mulheres acesso aos mercados • Aplicar conclusões da análise dos portfólios de infra-estruturas em países seleccionados 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de ESW em subsectores das infra-estruturas que conduzam uma análise similar em função do género • Aumento do número de operações do Banco que aplicam o conhecimento das peças analíticas 	INF, Regiões
Engendrar operações na indústria extractiva (IE)	<ul style="list-style-type: none"> • Racionalizar as lições de género sobre o aumento de benefícios e atenuação dos riscos, com base no trabalho efectuado sobre mineração na Papua Nova Guiné e Polónia, integrando-o em operações da IE, com um enfoque inicial em 2-3 operações em curso em África e América Latina • Desenvolver um esquema de filtragem de questões de género para avaliar os riscos e benefícios associados com o género em 1-2 novos projectos de IE no ano fiscal de 2007 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de projectos de IE que contemplem riscos e benefícios relacionados com o género. 	COCIN/COCPO
Intensificar a realização de projectos de água	<ul style="list-style-type: none"> • Produzir duas Estratégias de Assistência aos Recursos Hídricos de Países • Preparar dois ESW sobre água • Incorporar questões de género na concepção dos projectos • Conduzir um programa piloto de pesquisa e criação de capacidade sobre Associações de Utentes de Água que inclua as questões de género 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de Estratégias de Assistência aos Recursos Hídricos e de ESW realizados sobre água • Aumento do número e qualidade de modelos de projectos de água que respondam às diferenças de tratamento de géneros. 	WRMG, WSG, Regiões
Intensificar a realização de operações de TIC	<ul style="list-style-type: none"> • Actualizar ferramentas e conhecimento sobre género e TIC mediante a análise do actual portfolio de empréstimos (CITPO), investimentos (IFC) e 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos indicadores em favor do género no potencial de novos projectos • Inclusão da análise de impacto do 	GICT

Objectivos específicos	Ações	Indicadores de desempenho	Principais executores(s) ^a
	<p>doações (InfoDev) e a melhoria do actual “engendering ICT Toolkit” financiado por GoJ e conduzido por PREM e CITPO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conduzir análise de impacto ex ante das operações TIC em países seleccionados (Vietname, Argélia, Indonésia) para documentar a distribuição de benefícios e riscos decorrentes de se responder ou não às questões de género 	<p>género na avaliação futura de projectos InfoDev</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inclusão da análise de impacto do género nos ICRs, propagação da consciencialização das conclusões através de BBLs e de clínicas para Chefes de Projectos GICT. 	
Intensificar a realização de operações de agricultura	<ul style="list-style-type: none"> • Criar capacidade para se incorporar a questão género nos projectos de administração e reforma da terra • Desenvolver programas de trabalho conjuntos sobre a actividade empresarial das mulheres, indústria transformadora agrícola, serviços comerciais à agricultura e comércio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento na aplicação da análise de género em projectos de administração e reforma da terra • Aumento em quantidade e qualidade dos modelos de projectos agrícolas que contemplem as diferenças entre géneros 	GENRD, SASKI
Aumentar o acesso das mulheres aos serviços financeiros formais através de bancos privados	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer linhas de crédito através de bancos comerciais para beneficiar as mulheres empresárias em 2 países centro de atenção • Estabelecer linhas de crédito comerciais para as mulheres noutras regiões e países • Fornecer AT e criação de capacidade para as mulheres empresárias que sejam clientes ou potenciais clientes dos bancos 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de mulheres empresárias com acesso ao crédito formal em 2 países centro de atenção • Aumento do total de crédito disponível para as mulheres em países centro de atenção • Aumento do número de mulheres com acesso ao crédito em países centro de atenção • Aumento do número de mulheres que recebem formação na área de desenvolvimento de actividades económicas 	IFC-GEM
Estudos económicos e sectoriais (ESW)			
Engendrar o Plano de Acção para África	<ul style="list-style-type: none"> • Produzir um relatório emblemático de políticas em favor das boas práticas • Identificar e documentar boas práticas sobre capacitação económica das mulheres em estudos analíticos e nos projectos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório produzido • Integração mais completa do elemento género nos PRSP africanos • Aumento do número de operações realizadas na região África 	AFR
Promover a capacidade de resposta às questões de género no sector privado	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar ICAs em 9 países; 3 por ano • Efectuar estudos analíticos sobre género e produtividade das firmas e espírito empresarial das mulheres • Organizar workshops com os responsáveis pela formulação de políticas, representantes do sector privado e líderes sindicais 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento no número de ICAs que contemplam questões de género • Aumento em quantidade e qualidade das acções do Banco e dos países que ajudam a apoiar as mulheres trabalhadoras e empresárias em consequência das actividades de criação de capacidade e das ICAs 	IFC, Regiões
Produzir estratégias de desenvolvimento do sector privado	<ul style="list-style-type: none"> • Efectuar avaliações de género e de crescimento (CGA) na Tanzânia, Gana e outros 4 países • Prestar AT para implementar as recomendações das GGAs • Elaborar documento sobre lições aprendidas 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento em quantidade e qualidade das acções para apoio das mulheres na Tanzânia, Gana e outros países, como resultado das GGAs • Aumento do número de mulheres que participam e beneficiam de projectos de desenvolvimento do sector privado 	IFC
Realizar avaliações	<ul style="list-style-type: none"> • Enquadramentos piloto relativos à 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da incorporação das 	SDV, Regiões

Objectivos específicos	Ações	Indicadores de desempenho	Principais executores(s) ^a
integradas da pobreza, sociais e de género dos países	avaliação social, pobreza e género em 4-6 países • Produção de ferramentas didácticas sobre lições aprendidas Prestar formação aos funcionários e países clientes sobre avaliações integradas	questões de género, sociais e de pobreza nos CAS e nas operações do Banco • Duplicação reduzida e maior harmonização das acções do Banco em todos os sectores	
Aprofundar o diálogo sobre reforma de políticas, com base nas recém produzidas avaliações de pobreza e género	• Organizar eventos didácticos nos países, em associação com parceiros nacionais	• Aumento de capacidade nos países clientes destinada a integrar estudos analíticos sobre género no diálogo de políticas e na formulação de políticas	SAR
Engendrar empréstimos para investimento sectorial	• Aprofundar a integração do género em dois empréstimos para investimento sectorial na Ásia do Sul • Documentar boas práticas e lições aprendidas	• Aumento de recursos que beneficiam as mulheres através de empréstimos sectoriais • Aumento do número de mulheres que beneficiam dos empréstimos para investimento sectorial	SAR
Arquitetar empréstimos para políticas de desenvolvimento	• Encomendar obra analítica sobre oportunidades e constrangimentos que se levantam à concretização de DPLs • DPL piloto, informada pelo género e com capacidade de resposta, em países centro de atenção	• Aumento do número de DPLs informados pelo género e com capacidade de resposta	SDV, Regiões

- a. Siglas: AFR—Região África; COCIN— Divisão de Investimento (Mineração IFC); COCPO— Divisão do BIRD para Políticas de Petróleo, Gás e Mineração; ESMAP— Programa de Assistência à Gestão no Sector da Energia; GENRD — Grupo Temático de Género e Desenvolvimento Rural; GEM— Mercados para o Desenvolvimento da Capacidade Empresarial das Mulheres; GICT — Departamento de Informação Global e Tecnologias de Comunicação; IFC – Sociedade Financeira Internacional; INF — Infra-estruturas; SAR — Região da Ásia do Sul; SASKI — Sistemas Agrícolas Sustentáveis e Instituição do Conhecimento; SDV — Rede de Desenvolvimento Social; TUDTR — Unidade de Transportes; WRMG — Grupo de Gestão dos Recursos Hídricos; WSP — Programa de Água e Saneamento.
- b. Condicional, sujeito a recursos adicionais para o Plano de Acção.

Acção 2: Mobilizar Recursos e Implementar Iniciativas em Favor de Resultados e Outras Acções Inovadoras

Com o apoio do Mecanismos de Doações para o Desenvolvimento (DGF), esta acção financia iniciativas em favor de resultados nos países de baixos rendimentos e estados frágeis. As Iniciativas em Favor de Resultados (RBI) são intervenções que podem aumentar a capacitação económica das mulheres dentro de um prazo razoável e a um custo relativamente baixo, mediante uma aproximação das condições das mulheres nos mercados (intervenções a nível de política) ou um aumento da aptidão das mulheres para acederem e competirem em mercados (intervenções a nível de agência). As actividades RBI podem ser iniciativas isoladas ou componentes de operações mais vastas. (Ver Caixa 1 para exemplos de RBI).

Caixa 1: Exemplos de Iniciativa em Favor de Resultados

A nível de políticas:

- **Reformas de políticas** tais como alterações de política agrícola que afectam os cultivos das mulheres ou o acesso das mulheres a programas de títulos de propriedade da terra.
- **Promoção da participação da mão-de-obra feminina** tal como a oferta de incentivos às empresas privadas para a concepção de programas de formação profissional no emprego para as mulheres ou melhoria nos sistemas de intermediação governamental.
- **Acção afirmativa e programas preferenciais** como por exemplo linhas de crédito reservadas para os pequenos negócios detidos por mulheres e prestação de informações às mulheres empresárias, relativas a oportunidades de exportação.

A nível de agência:

- **Fornecimento de energia renovável de baixo custo e de serviços para a população feminina rural** destinada a promover o emprego fora das explorações agrícolas.
- **Reforço dos grupos de mulheres** com vista a facilitar a formação de cooperativas de agricultores, associações de utentes de água ou associações de firmas de exportação.

Nas características específicas das RBI incluem-se o sucesso demonstrado em contextos múltiplos e a sustentabilidade financeira. Os critérios principais de selecção para a selecção de RBI compreendem:

- A probabilidade de gerarem resultados pontuais para se catalisar a integração da componente género em sectores estratégicos.
- Possibilidade de serem incrementadas e sua integração em políticas e investimentos futuros.

Como as RBI iniciais seriam financiadas com uma doação DGF, estão sujeitas ao requisito DGF de que as actividades têm de ser executadas por uma agência externa. O Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM) executaria esta componente e o Centro Internacional para Pesquisa sobre Mulheres (ICRW) teria a seu cargo a concepção e condução das avaliações.^{16,17} Financiamento adicional sem origem no DGF para a Acção 2 iria permitir aos funcionários do Banco conceber e executar as RBI. Todas as RBI seriam desenvolvidas mediante consultas com as equipas das regiões e dos países e as lições extraídas iriam contribuir para os programas de país do Banco para fins de reprodução ou ampliação. (Ver Quadro 3 para uma descrição resumida desta acção.)

¹⁶ UNIFEM e ICRW foram as agências escolhidas depois de uma cuidadosa inspecção de potenciais organizações que têm como mandato central a igualdade de tratamento dos géneros, tendo simultaneamente cobertura internacional e capacidade de implementação.

¹⁷ UNIFEM faria a supervisão das agências do governo local e da sociedade civil e dos consultores que implementam as Iniciativas em Prol de Resultados. Funcionaria como um parceiro de criação de capacidade nas funções de “treinador” das agências executoras locais para poderem apresentar resultados de alta qualidade de uma forma pontual.

Quadro 3. Área de Acção 2 — Compromissos do Banco Mundial para Iniciativas em Prol de Resultados

Objectivos Específicos	Acções	Indicadores de Desempenho	Executores ^a
Aumentar o acesso e capacitação económica das mulheres nos países centro de atenção	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar RBI tanto a nível de políticas como de agência • Conceber, avaliar a implementar aproximadamente 18 RBI nos países centro de atenção. • Desenvolver, dentro do país, redes nacionais e criar capacidade para implementar, incrementar e avaliar as RBI • Conduzir avaliações do impacto • Redigir e disseminar notas sobre boas práticas 	Nos países centro de atenção: <ul style="list-style-type: none"> • Aumento das políticas que facilitam a participação económica e acesso das mulheres aos mercados • Acréscimo nos orçamentos nacionais das verbas destinadas a apoiar as actividades económicas das mulheres • Aumento de emprego, rendimentos e produtividades das mulheres clientes das RBI 	UNIFEM, ICRW

a. Siglas: ICRW—Centro Internacional de Pesquisa sobre Mulheres; UNIFEM—Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres.

Acção 3: Aumentar o Conhecimento e as Estatísticas sobre Capacitação Económica das Mulheres

Compromissos do Banco Mundial com pesquisa de políticas

O *Relatório de Desenvolvimento Mundial 2006* observou que a equidade e a prosperidade se complementam entre si: o mau funcionamento do mercado em mercados chave significa que não os recursos não estão afectados onde os dividendos são mais elevados e que muitas destas falhas de mercado estão relacionadas com o género. Fazer com que os mercados funcionem de formas mais equitativas entre os géneros pode aumentar consideravelmente a produtividade e os rendimentos das mulheres e contribuir para o crescimento económico.

Se este Plano de Acção pretende abrir os mercados às mulheres, o Banco tem de possuir o conhecimento analítico relativo às falhas de mercado existentes e outros factores que inibem a capacitação económica das mulheres (Quadro 4a). A pesquisa deverá também identificar as intervenções mais eficazes para a eliminação destas barreiras. A Acção 3 propõe aumentar os conhecimentos do Banco nestas áreas.

Uma primeira vaga de pesquisa centrar-se-ia nos elos macroeconómicos entre a igualdade dos géneros e o crescimento e nos fundamentos microeconómicos de tal crescimento. Uma segunda onda examinaria o impacto da reforma de políticas no bem-estar de mulheres e homens, bem como conceberia e conduziria avaliações do impacto dos projectos do Banco que afectam potencialmente a capacitação económica das mulheres, incidindo nos mercados chave: terra, trabalho, produtos e financeiro. Este programa de pesquisa seria efectuado por investigadores de dentro e fora do Banco, incluindo institutos de pesquisa nos países em desenvolvimento. As propostas seriam analisadas por um comité de selecção, utilizando critérios de selecção claros para assegurar transparência e responsabilização. Esta actividade seria executada pelo DEC e PREM.

Quadro 4a. Área de Acção 3 — Compromissos do Grupo Banco Mundial em pesquisa de políticas sobre capacitação económica das mulheres

Objectivos específicos	Acções	Indicadores de desempenho	Principais Executores ^a
Aumentar o número de avaliações de impacto realizadas das operações do Banco	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a iniciativa de avaliação de impacto DIME para apreciar o impacto dos projectos do Banco nas mulheres em mercados chave (terra, trabalho, produtos, crédito financeiro) (três avaliações de impacto no Ano 1, seguindo-se mais seis nos anos subsequentes) 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior número de avaliações de projectos do Banco que medem os impactos produzidos 	DIME, PRMGE
Promover o entendimento dos elos entre desigualdade de tratamento de géneros e crescimento partilhado, e acentuar a compreensão dos impactos diferenciados pelo género das reformas de políticas e das operações do Banco	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisar os fundamentos microeconómicos da igualdade dos géneros e crescimento • Investigar os elos macroeconómicos entre igualdade dos géneros e crescimento e explorar os micro fundamentos deste crescimento • Criar um fundo de incentivo para “cobrir” o actual financiamento da pesquisa dentro do Banco para projectos de pesquisa que incorporem análise de género adicional • Financiar investigação além-muros sobre capacitação económica das mulheres • Conduzir série de estudos regionais sobre impacto das iniciativas de reforma relativas ao bem-estar das mulheres. • Actualizar o estudo ECA sobre impacto da transição nas mulheres • Sintetizar e divulgar resultados das avaliações de impacto 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de estudos analíticos centrados no género e crescimento • Uso de pesquisa sobre género e crescimento na formulação de assistência ao país do Banco Mundial • Uso de pesquisa para informar as prioridades e políticas nacionais • Aumento do número de estudos regionais sobre impacto das iniciativas de reforma no bem-estar das mulheres • Uso de pesquisa na formulação da assistência ao país do Banco Mundial • Uso de pesquisa para informar as prioridades e políticas nacionais 	DECRG, PREM, PREM Regional unidades sectoriais

a. Siglas: DECRG—Grupo de Pesquisa de Desenvolvimento; DIME—Avaliação do Impacto no Desenvolvimento; PREM—Rede para a Redução da Pobreza e Gestão Económica; PRMGE—Unidade de Género e Desenvolvimento da PREM.

Compromissos do Banco Mundial para melhorar as estatísticas ventiladas pelo género

Nos últimos 20 anos, os programas de estatísticas de género foram incorporados nos gabinetes nacionais de estatísticas e outros departamentos estatísticos e existe uma profunda consciencialização da importância de análise ventilada pelo sexo para fins de formulação e monitorização de políticas.¹⁸ No entanto, estes programas têm estado muitas vezes confinados à recolha e disseminação de estatísticas sociais e demográficas. Os dados que captam a participação económica das mulheres são francamente deficientes; um exemplo chave é a falta de dados transversais comparáveis sobre rendimentos das mulheres e o grau de participação das mulheres no emprego informal. Muitos indicadores são, em princípio, relativamente fáceis de medir (por exemplo, diferenciais salariais com base no género dentro do emprego formal), enquanto outros já exigem mais esforço para definir e medir (por exemplo, diferenças em função do género nos rendimentos e produtividade no sector informal). Em suma, um desafio de monta

¹⁸ Ver, por exemplo, GenderStats, uma base de dados electrónica de estatísticas e indicadores de género para todos os países: <http://devdata.worldbank.org/genderstats/home.asp>.

para a promoção da igualdade dos géneros e a capacitação económica das mulheres é a fraca qualidade e existência limitada de estatísticas ventiladas pelo sexo.¹⁹

A Acção 3 também utilizaria o Mecanismo de Doação para o Desenvolvimento e outros recursos para melhorar a recolha e utilização de estatísticas ventiladas pelo sexo – especialmente as que se relacionam com a capacitação e oportunidades económicas das mulheres – através da constituição de capacidade para recolha, reporte e análise de dados nos países centro de atenção (Quadro 4b). O Grupo de Dados da Economia de Desenvolvimento (DEC) assumiria a função de líder para melhorar as estatísticas de género no Grupo Banco, em coordenação com outros parceiros dentro e fora do Banco.²⁰

Quadro 4b. Área de Acção 3 — Compromissos do Grupo Banco Mundial em estatísticas ventiladas pelo sexo

Objectivos específicos	Acções	Indicadores de desempenho	Principais Executores ^a
Maior capacidade entre os países ECA para recolher, reportar, analisar e utilizar os dados ventilados pelo sexo	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver uma massa crítica de formadores nacionais • Aumentar a sensibilização dos utentes e estatísticos para a produção, uso e actualização de estatísticas de género • Aumentar a existência e a qualidade dos dados em áreas onde existam lacunas • Utilizar dados emergentes para aumentar a consciencialização entre os formuladores de políticas regionais acerca das disparidades entre os géneros 	<ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos quatro países da ECA com sistemas estatísticos nacionais ventilados pelo sexo que, numa base rotineira, coligem, analisam e reportam em função do sexo todas as estatísticas de nível individual 	UNECE, PNUD, WBIPR DECDG
Promover a capacidade dos gabinetes estatísticos nacionais para coligir, processar, analisar e disseminar estatísticas de emprego ventiladas pelo sexo	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar e seleccionar países centro de atenção e facultar-lhes formação de funcionários e supervisão técnica • Disponibilizar amplamente os dados ventilados pelo sexo 	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizados dados ventilados pelo sexo sobre emprego e actualizados, pelo menos em quatro novos países, em cada ano. 	Gabinete de Estatísticas da OIT DECDG
Engendrar levantamentos patrocinados pelo Banco e outros levantamentos nacionais importantes (tais como LSMS, ICS, DHS e Doing Business)	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar lacunas em levantamentos patrocinados pelo Banco e outros levantamentos, como por exemplo DHSs • Prestar assistência técnica às equipas dos levantamentos para fins de recolha e utilização de dados ventilados pelo sexo • Preparar e disseminar ferramentas didácticas para integrar as questões de género nos levantamentos • Conceber e aperfeiçoar módulos do sector das infra-estruturas 	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamentos patrocinados pelo Banco e outros levantamentos importantes de nível nacional integram regularmente questões de género e dados ventilados pelo sexo a todos os níveis individuais 	DECDG

¹⁹ Millennium Project. 2003. *Promises to Keep: Achieving Gender Equality and the Empowerment of Women*. Documento de Base da Task Force para Educação e Igualdade entre os Géneros.

²⁰ Em particular, o DECDG trabalharia com a Organização Internacional do Trabalho e a UNECE para apoiar os esforços destinados a recolher mais e melhores estatísticas ventiladas pelo sexo e relevantes para as questões de tratamento dos géneros dentro e fora do Banco.

Objectivos específicos	Acções	Indicadores de desempenho	Principais Executores ^a
Criar uma capacidade mais vasta dentro do Banco Mundial com vista a coligir, reportar, analisar e utilizar dados ventilados pelo sexo e relevantes para as questões de igualdade entre os géneros	<ul style="list-style-type: none"> Integrar as questões de género em programas de formação seleccionados Conceber e prestar um curso auto-sustentável para os funcionários do Banco Mundial e IFC sobre reporte, análise e utilização de informações ventiladas pelo sexo 	<ul style="list-style-type: none"> Funcionários do Banco Mundial e IFC, que trabalham com dados económicos, recolhem, reportam, analisam e utilizam estatísticas ventiladas pelo sexo sobre oportunidades económicas, numa base rotineira 	DECDG
Desenvolver novas formas de medir e captar as disparidades entre os sexos na economia	<p>Iniciativas possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> Grupo de trabalho liderado pela OIT para melhorar os indicadores de trabalho informal em África Relatório económico sobre indicadores de género para países de rendimento médio Programa do Estudo sobre Rendimento do Luxemburgo para compilar mais indicadores de género para os países em desenvolvimento de rendimento médio 	<ul style="list-style-type: none"> A ser determinado mais tarde, à medida que as parcerias evoluem 	DECDG OIT

a. Siglas: DECDG— Grupo de Dados do Desenvolvimento; OIT— Organização Internacional do Trabalho; PNUD— Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; UNECE— Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa, WBIPR— Divisão de Gestão Económica e Redução da Pobreza do Instituto do Banco Mundial.

Ação 4: Realizar Campanhas de Comunicação Alvejadas e Formação para Criar Parcerias sobre a Importância das Contribuições Económicas das Mulheres e Executar o Plano de Acção

A estratégia das comunicações e formação é concebida com vista a criar parcerias com dadores, organizações internacionais e os países clientes do Grupo Banco Mundial para implementar o Plano de Acção; apoiar a execução do Plano de Acção mediante a promoção do controlo local e nacional do Plano; partilhar lições aprendidas e efeitos decorrentes das iniciativas do Plano; e aumentar a capacidade dos funcionários do Grupo Banco destinada a engendrar operações do sector económico. Os principais executores da Acção 4 seriam o Departamento de Assuntos Externos (EXT) e o Instituto do Banco Mundial, em estreita colaboração com os implementadores das três primeiras áreas de acção. Ver Quadro 5 para uma lista das acções detalhadas e indicadores de desempenho desta componente.

Quadro 5. Área de Acção 4 — Realizar campanha de comunicação alvejada e formação de pessoal

Objectivos específicos	Acções	Indicadores de desempenho	Principais executores(s) ^a
Criar parcerias			
Aumentar sensibilização para o Plano de Acção	<ul style="list-style-type: none"> Emparceirar com os países dadores no lançamento público do Plano de Acção Recrutar campeões para falarem em nome do Plano Alcançar ONG através de membros seleccionados do EGCG Disseminar os resultados do Plano a clientes chave 	<ul style="list-style-type: none"> Constituídas parcerias com dadores e países clientes Maior sensibilização na comunidade internacional para o Plano de Acção Dadores mais conscientes da necessidade de financiar intervenções bilaterais e de ONG em prol da participação económica 	EXT/PRMGE

Objectivos específicos	Ações	Indicadores de desempenho	Principais executores(s) ^a
		das mulheres	
Informar a comunidade mais vasta de funcionários do Banco sobre o Plano de Acção	<ul style="list-style-type: none"> Preparar anúncios para o sítio da web interna: artigo em <i>Today</i>, afixar no <i>Kiosk</i> Afixar informações e artigos noticiosos sobre os resultados das RBI e sobre pesquisa e lições aprendidas nos sítios da web interna Preparar e disseminar notas informativas sobre a pesquisa, trabalho estatístico e resultados no terreno do Plano 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da sensibilização do Banco para o Plano de Acção e da prioridade dada pelo Banco ao Plano de Acção Maior compreensão da importância da participação económica das mulheres Maior incorporação dos objectivos do Plano de Acção nas prioridades regionais do Banco 	EXT/PRMGE
Elevar a consciencialização da importância da capacitação económica das mulheres	<ul style="list-style-type: none"> Organizar sessões e apresentar relatórios sobre a pesquisa e resultados do Plano de Acção em fóruns económicos internacionais O Presidente Wolfowitz levanta estas questões e o Plano de Acção do Banco em reuniões internacionais Informar regularmente a imprensa económica internacional sobre questões da participação económica das mulheres e resultados do Plano de Acção Manter uma informação regular dos meios de comunicação nos países RBI sobre as questões e resultados do Plano de Acção Publicar e disseminar brochuras sobre as lições aprendidas das RBI 	<ul style="list-style-type: none"> Aumenta a sensibilização entre a comunidade internacional da importância da participação económica das mulheres Artigos e referências nos meios de comunicação internacionais sobre a questão e os resultados e lições aprendidas com o Plano de Acção Artigos na imprensa dos países clientes e entrevistas ou referências nos meios de comunicação 	PRMVP PRMGE
Executar o Plano de Acção			
Melhorar a execução do projecto com a incorporação de contributos dos interessados e com o aumento do seu comprometimento com o Plano de Acção	<ul style="list-style-type: none"> Organizar diálogos com os interessados e workshops para discutir benefícios, barreiras, metas e papéis Preparar e disseminar materiais para as agências executoras nos países centro da atenção 	<ul style="list-style-type: none"> Acções implementadas com sucesso Maior participação do governo e dos grupos de mulheres nas actividades do Plano 	EXT ICRW, UNIFEM
Coligir e disseminar lições aprendidas	<ul style="list-style-type: none"> Executar sessões informativas estruturadas sobre as lições aprendidas a par dos workshops previstos dentro do prazo de 100 dias e, subsequentemente, numa base semestral Preparar relatório sobre lições aprendidas para o Banco e afixar sinopses e perfis nos sítios do Banco na Web Preparar e disseminar um conjunto de lições aprendidas entre os dadores, ministros dos países clientes, directores e gestores de países do Banco, organismos da ONU e ONG 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do número de parceiros/clientes de desenvolvimento com conhecimento das lições aprendidas com a implementação do Plano de Acção 	EXT ICRW, UNIFEM
Formação			
Formar os funcionários do	<ul style="list-style-type: none"> Organizar formação para os 	<ul style="list-style-type: none"> Funcionários do Banco de Redes 	Regions, WBI

Objectivos específicos	Ações	Indicadores de desempenho	Principais executores(s) ^a
Grupo Banco Mundial para poderem engendrar operações do Banco para o sector económico	<p>funcionários do Banco</p> <ul style="list-style-type: none"> • Preparar equipas de projectos para as habilitar a engendrar operações • Financiar missões de desenvolvimento 	<p>(networks) e das regiões de operação receberam formação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizadas missões de desenvolvimento • Pessoal preparado participa nas equipas de projectos para desenvolvimento de operações no sector económico 	

a. Siglas: EXT—assuntos externos; ICRW— Centro Internacional de Pesquisa sobre Mulheres; PRMGE—Unidade de Género e Desenvolvimento da PREM; PRMVP—Vice-presidente da PREM; UNIFEM—Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para s Mulheres, WBI—Instituto do Banco Mundial.

Resultados Esperados

Os resultados esperados são os seguintes:

- **Para a Acção 1 engendrar operações:** Um aumento significativo na atenção e acção sobre questões de género na gama integral de trabalho operacional do Grupo Banco Mundial (por exemplo, instrumentos de empréstimo e estudos analíticos sobre políticas e trabalho de aconselhamento) nos sectores económicos.

Os indicadores de desempenho incluem:

- Aumento da percentagem das operações na agricultura, transportes, energia, água, mineração e desenvolvimento do sector privado com uma inclusão altamente satisfatória da componente género.
 - Aumento do número de empréstimos para política de desenvolvimento informados pelo género.
 - Maior número de avaliações do clima de investimento e avaliações de género e crescimento.
 - Menor duplicação e maior harmonização das acções do Banco através de avaliações integradas da pobreza, género e social.
 - Aumento do número de linhas de crédito comerciais para as mulheres e de número de mulheres com acesso aos empréstimos através de bancos comerciais (através dos empréstimos da IFC).
- **Para a Acção 2 implementar Iniciativas em Favor de Resultados:** Melhorias nas políticas e programas nos países centro da atenção que acentuem o acesso das mulheres aos recursos económicos e sua participação nos mercados.

Os indicadores de desempenho incluem:

- Um conjunto de intervenções para aumentar a capacitação económica das mulheres com resultados medíveis.
- Aumento da capacidade das agências locais, incluindo ONG, nos países centro de atenção.
- Aumento da quantidade e qualidade das políticas e programas nacionais e locais que facilitam a participação económica das mulheres e o seu acesso aos mercados (financeiro, terra, trabalho e produtos).

- Incorporação das lições aprendidas com as experiências piloto em operações do Grupo Banco.
- **Para a Acção 3 melhorar a pesquisa e estatísticas:** Um volume crescente de conhecimento e maior capacidade de pesquisa em países sobre os elos entre género, redução da pobreza e crescimento. Maior uso deste conhecimento e da pesquisa para informar políticas e programas. Maior número de avaliações de projectos do Grupo Banco que meçam o impacto das intervenções sobre a igualdade entre os géneros.

Os indicadores de desempenho incluem:

- Aumento do número de avaliações do impacto ventiladas pelo género das intervenções do Banco.
- Maior compreensão dos efeitos diferenciados pelo género de reformas de políticas.
- Melhor entendimento das determinantes da capacitação económica das mulheres.
- Maior capacidade nacional para coligir e analisar as estatísticas ventiladas pelo sexo e aumento da qualidade e da disponibilidade de dados sobre força de trabalho e emprego, ventilados pelo sexo.
- **Para a Acção 4 alvejar comunicações e formação:** Uma maior atenção nos países clientes ao apoio das actividades económicas das mulheres, melhor execução de projectos mediante um maior controlo nacional e local, melhor harmonização do apoio dos dadores para a capacitação económica das mulheres e maior capacidade entre os funcionários do GBM para engendram operações.

Os indicadores de desempenho incluem:

- Parcerias estabelecidas para implementar o Plano de Acção.
- Inclusão dos contributos dos interessados no Plano e adesão ao Plano.
- Melhor alinhamento do Plano com as prioridades regionais do Banco.
- Aumento da consciencialização entre os formuladores de políticas da importância da participação económica das mulheres.
- Aumento do número de funcionários do Banco Mundial nos sectores e nas regiões com capacidade para engendrar operações.

Os resultados do Plano seriam medidos em três níveis diferentes: 1) resultados das iniciativas individuais financiadas; ii) resultados agregados do Plano; e iii) monitorização da estratégia do Banco de inclusão da componente género em curso para se determinar se a implementação do Plano acelera o progresso na consecução das metas da estratégia.

Monitorização e Avaliação

O objectivo do sistema de monitorização e avaliação seria contribuir para a implementação harmoniosa do Plano e para a reprodução e ampliação das suas iniciativas com mais sucesso.

Elementos do plano de monitorização e avaliação

- Detectar as actividades e medir os seus resultados (factores de produção, processo e efeitos) e prestar informação aos implementadores do Plano com vista a melhorar o seu desempenho.
- Produzir avaliações de referência da situação antes do início do Plano e avaliar o progresso sobre o resultado ou indicadores de desempenho em cada uma das áreas de acção (definidos nos quadros acima).
- Efectuar uma revisão intercalar para assegurar que o Plano está no curso certo e a cumprir os seus objectivos (a ser submetido ao Comité Executivo e ao Grupo de Aconselhamento).
- Identificar e avaliar o impacto das acções do Plano no trabalho operacional e analítico do Banco, ou seja, alterações na forma como o Banco executa o seu trabalho.
- Avaliar o impacto das acções do Plano na capacitação económica das mulheres nos países clientes, com especial incidência nas Iniciativas em Favor de Resultados.

Responsabilidades pela condução de actividade de monitorização e avaliação

- O implementador de cada área de acção seria responsável por desenvolver mecanismos de monitorização, produzir avaliações de referência e compilar os resultados num relatório de monitorização do progresso anual.
- PRMGE compilaria os relatórios de progresso anual num relatório integrado a ser amplamente divulgado e assumiria a liderança na realização da avaliação final.
- O Centro Internacional para Pesquisa sobre Mulheres (ICRW) supervisionaria as avaliações do impacto dentro do país das Iniciativas em Favor de Resultados na área de acção 2.
- Como parte da área de acção 3, as avaliações de impacto alvejadas seriam efectuadas em parceria com os funcionários regionais do Banco envolvidos na avaliação de impacto e na Iniciativa de Avaliação do Impacto de Desenvolvimento (DIME).
- Uma avaliação no final da implementação do Plano de Acção ajudaria a determinar se o prazo precisa de ser prorrogado, bem como quais as iniciativas e actividades que deveriam ser reproduzidas ou incrementadas. Pedir-se-ia ao Grupo de Avaliação Independente do Banco (IEG) e ao Grupo de Garantia da Qualidade (QAG) que prestassem assistência técnica na concepção e realização da avaliação final.

Governança

Um Comité Executivo interno do Grupo Banco ficaria encarregado de superintender o Plano. Compreenderia 6-8 membros representantes das Regiões, Política Operacional e Serviços aos Países (OPCS), Departamento Jurídico (LEGVP), Sociedade Financeira Internacional (IFC) e Rede de Redução da Pobreza e Gestão Económica (PREM). O Director da PRMGE presidiria ao Comité. O Comité seria orientado por um Conselho Consultivo de 8-10 membros; o Conselho Consultivo compreenderia organismos dadores, o EGCG, representantes do Conselho GAD e funcionários superiores do Banco. PRMGE funcionaria como o secretariado do Plano de Acção, seguindo as instruções aprovadas pelo Comité Executivo. A figura do Anexo 2 ilustra o enquadramento de governança e responsabilização proposto para o Plano de Acção.

Recursos Humanos e Financiamento

A implementação bem sucedida deste Plano de Acção dependeria da solução de dois constrangimentos importantes do Grupo Banco Mundial: dotação de pessoal e recursos financeiros. A implementação integral e bem sucedida do Plano exigiria tanto um acréscimo dos conhecimentos dos funcionários como fundos adicionais.²¹

Recursos Humanos

O desafio em matéria de dotação de pessoal é o pequeno número de funcionários regionais com conhecimentos especializados tanto no sector como na análise de género. As limitações de pessoal seriam resolvidas de duas formas: com a formação de funcionários com vista a aumentar a sua capacidade analítica em questões de género e com a contratação de consultores qualificados que seriam disponibilizados aos departamentos sectoriais e regionais, mediante solicitação.

As consultas preliminares com as regiões e as redes (network) revelaram um interesse significativo na formação relacionada com as actividades da Acção 1, sobretudo em questões de género a nível sectorial (e.g., energia, transportes, TIC, agricultura e aspectos legais das operações) e na realização de ESW fundamentais. A formação incluiria cursos de curto prazo e tarefas de desenvolvimento de longo prazo. Porque a experiência passada com a formação de curto prazo em questões de género em organismos de desenvolvimento ainda não produziu, até à data, muito bons resultados, esta formação de curto prazo seria talhada em torno dos sectores e das equipas dos projectos. No entanto, o Plano seria favorável à formação de longo prazo, através de tarefas de desenvolvimento para os funcionários sectoriais e regionais afectados ao trabalho sobre questões de género, durante um período de três a nove meses em média. O plano de formação começaria com uma avaliação das necessidades com o pessoal regional e das redes (network).

O plano de formação e o próprio Plano de Acção reforçam-se mutuamente: enquanto a formação de pessoal ajudaria a assegurar a implementação bem sucedida do Plano de Acção, o Plano também produziria resultados analíticos que podem ser utilizados para formar o pessoal. A própria natureza do Plano de Acção – com um enfoque em resultados e aprender através da experiência – iria promover o conhecimento.

Financiamento

A implementação do Plano de Acção para a Igualdade entre os Géneros vai exigir um maior grau de esforço e um nível de recursos correspondente. Dentro do Banco, podem reservar-se recursos

²¹ Para além destes constrangimentos do GBM, o Plano solucionaria três limitações comuns nos países clientes: falta de capacidade institucional, duplicação de esforços dos dadores e procura insuficiente de acções informadas pelo género. A capacidade institucional seria aumentada com o emprego de uma abordagem à implementação orientada para os resultados, “aprender com a experiência, sujeita a monitorização”; a duplicação seria minimizada ao procurar-se harmonizar as acções dos dadores em países centro da atenção; e a procura pelos clientes seria promovida com a realização de uma campanha de comunicação alvejada.

adicionais para a execução de aspectos críticos do Plano a partir de recursos incrementais adicionais e de reafectações orçamentais. O financiamento incremental seria utilizado como um incentivo para activar reafectações Regionais.

Como acontece com outras iniciativas, o nível inicial de recursos comprometidos seria importante para demonstrar que se podem alcançar resultados medíveis e para acelerar a implementação do Plano. É evidente que quanto mais ambicioso for o esforço, maior será o montante de recursos necessário.

Como indicado no Anexo 3 sobre necessidades de recursos, espera-se que a implementação integral do Plano de Acção ao longo do período do AF07-AF10 custe USD 24,5 milhões. As estimativas preliminares indicam que este custo pode ser partilhado em partes iguais entre o Banco e dadores interessados. A Noruega, em particular, manifestou interesse em financiar aproximadamente um terço das despesas necessárias; são possíveis compromissos adicionais por parte de outros países dadores.

O Banco já concretizou o pagamento inicial de recursos através da DGF e já foi preparada uma proposta para financiamento incremental para o lançamento do programa, a ser apresentada à gestão superior. O financiamento seria concebido com vista a maximizar os recursos à disposição das Regiões e com o entendimento claro de que tanto o Banco como os dadores desejam ver o potencial financeiro das suas contribuições. Nos meses que se seguem, seria solicitado apoio concreto para o Plano de Acção em Matéria de Género a fim de poder entrar em vigor no início do ano civil de 2007.

Medidas Seguintes

As medidas seguintes incluem:

- Partilhar o Plano de Acção com organismos dadores, tanto a nível bilateral como através de Gendernet de OCDE/DAC e procurar parcerias de dadores.
- Instituir os órgãos executivos e consultivos para implementar o Plano de Acção (Anexo 2) e aprovar as normas para implementação e mecanismos de financiamento.
- Fazer a selecção final dos países centro da atenção (lista preliminar de possíveis países centro da atenção, página 9).
- Lançamento da Acção 2 (as RBIs) com parceiros de fora e lançamento das Acções 1 e 3 com adesão das Regiões e de outras Redes, sob a forma de acções propostas e recursos correspondentes.
- Implementar o Plano de Acção em estreita consulta com as Regiões, Redes (Networks), governos, CSO e o sector privado para assegurar que se trata de uma iniciativa impelida pela procura.

Anexo 1: Lista de indivíduos consultados

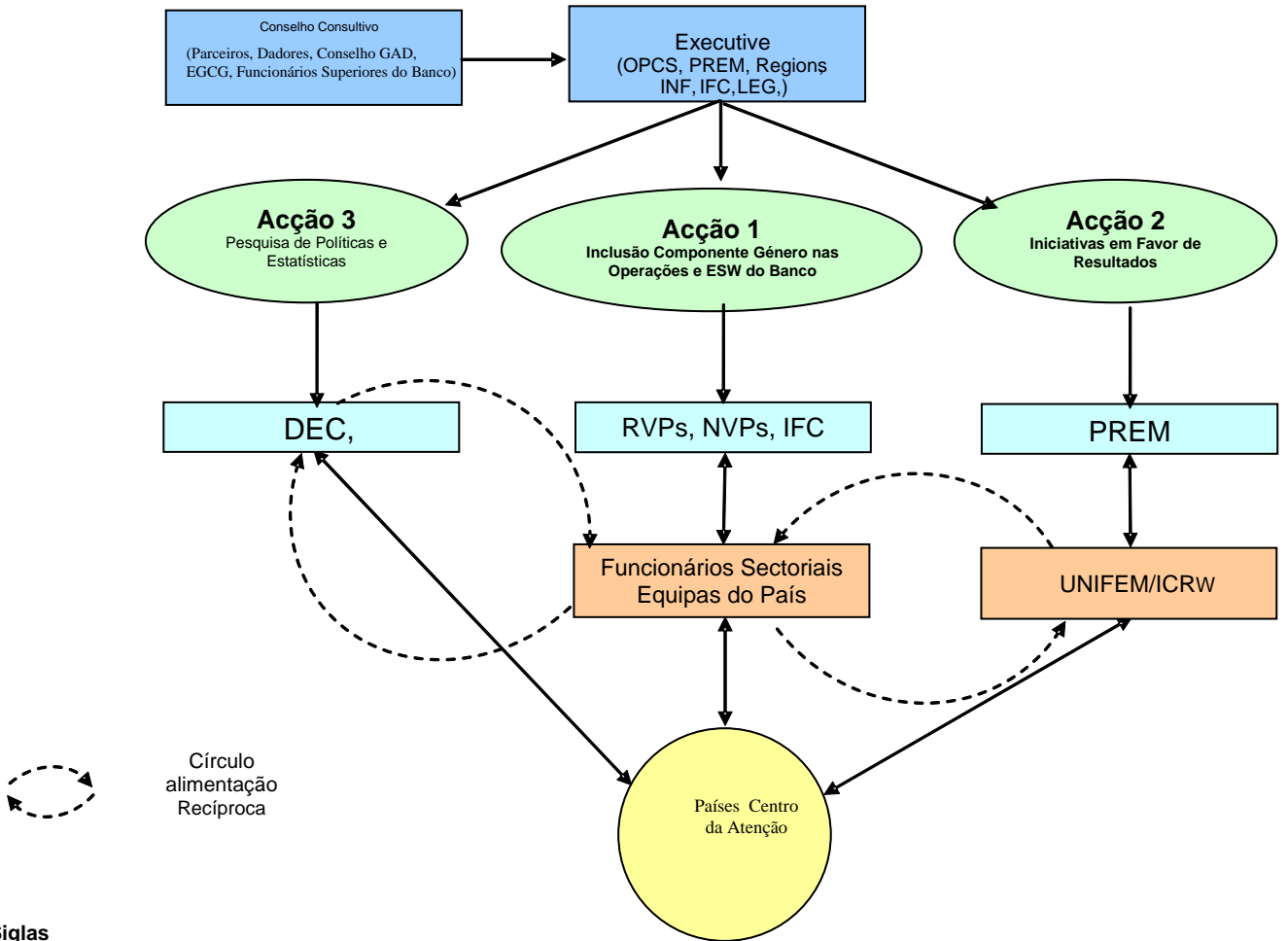
Grupo de Aconselhamento de Nível Sénior	
Nisha Agrawal	Gestor de Países, Gabinete do Banco Mundial no Camboja, Região da Ásia Oriental e Pacífico
Junaid Ahmad	Gestor Sectorial, Unidade Social e do Ambiente, Região da Ásia do Sul
Shaida Badiee	Director, Grupo de Dados do Desenvolvimento, Economia do Desenvolvimento
Shanta Devarajan	Economista Chefe, Gabinete do VP, Região da Ásia do Sul
Annette Dixon	Director, Estratégia e Operações, Região Europa e Ásia Central; e Director Interino, Escritório do Banco Mundial em Almaty
Ariel Fiszbein	Economista Principal, Economia de Desenvolvimento
Rachel Kyte	Director, Desenvolvimento Ambiental e Social, IFC
Dominique Lallement	Conselheiro, Programa de Assistência à Gestão no Sector da Energia, EWDES
Ernesto May	Director Sectorial, PREM, Região América Latina e Caraíbas
Mustapha Nabli	Economista Chefe e Director Sectorial, Grupo de Desenvolvimento Social e Económico e Grupo de Desenvolvimento Social, Região Médio Oriente e Norte de África
Maryvonne Plessis-Fraissard	Director, Gabinete de Transportes e Desenvolvimento Urbano, TUDDR
Ian Porter	Director de Países, Escritório do Banco Mundial na Tailândia, Região Ásia Oriental e Pacífico
Sudhir Shetty	Director Sectorial, PREM, Região África
Susan Stout	Gestor, Secretariado Resultados das Políticas Operacionais e Serviços aos Países, OPCR
Andrew Vorkink	Director de Países, Director de Estratégia e Operações, Escritório do Banco Mundial em Ankara, Turquia, Região Europa e Ásia Central
GENDERNET	
Laurent Aventin	Administrador de Programa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, França
Prudence Woodford-Berger	Conselheiro Especial, Ministérios dos Negócios Estrangeiros, Suécia
Katherine Blakeslee	Director, Gabinete de Mulheres no Desenvolvimento, Gabinete para o Crescimento Económico, Agricultura e Comércio, Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional.
Richard Carey	Director Adjunto, Direcção da Cooperação para o Desenvolvimento, OCDE
Andrea Cook	Conselheiro Sénior em Género e Direitos, Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID), Reino Unido
Dorthea Damkjaer	Conselheiro Especial, Questões Internacionais sobre Género, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca (DANIDA)
Simone Filippini	Chefe da Divisão de Género e Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutores, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Holanda
Fionnuala Gilsonan	Especialista Sénior em Desenvolvimento, Ajuda Irlandesa
Brigitte Holzner	Conselheiro em Género, Agência Austríaca de Desenvolvimento, Áustria
Angela Lagenkamp	Conselheiro Sénior de Políticas, Ministério Federal da Cooperação e Desenvolvimento Económico (BMZ), Alemanha
Satu Lassila	Conselheiro Socio-económico e em Género, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Finlândia
Shireen Lateef	Director – Sectores Sociais, Banco Asiático de Desenvolvimento
Milena Mihajlovic	Conselheiro em Género, Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação, Suíça
Patricia McCullagh	A/Director, Divisão para a Igualdade dos géneros, Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA)
Rocio Munoz Rufo	Assistente Técnico, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Espanha
Eva Nauckhoff	Conselheiro Sénior em Género, Agência Sueca para o Desenvolvimento


	Internacional (SIDA)
Lina Neeb	Conselheiro em Género, Direcção-geral para a Cooperação no Desenvolvimento, Bélgica
Patricia O'Neill	Rede DAC para Igualdade entre Géneros, OCDE
Kate Nethercott	Gestor, Unidade de Género, AusAID, Austrália
Maggie Paterson	Conselheiro em Género, NZAID, Nova Zelândia
Yumiko Tanaka	Conselheiro Sénior em Género, JICA, Japão
To Tjoelker	Chefe Adjunto da Unidade de Género, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Holanda
Alexandra Trzeciak-Duval	Chefe, Divisão de Coordenação de Políticas, OCDE
Gabriela Vega	Chefe, Igualdade entre Géneros no Desenvolvimento, Banco Interamericano de Desenvolvimento
Guro Vikor	Embaixador para os Direitos das Mulheres e Igualdade entre os géneros, Ministérios dos Negócios Estrangeiros da Noruega, MNE da Noruega
Chu-Sok Yoon	Segundo Secretário, Delegação Permanente na OCDE, Coreia
Grupo Consultivo Externo do Banco Mundial para Questões de Género (EGCG)	
Suzanne Kindervatter	Director, Comissão para o Progresso das Mulheres, Conselho Americano para Acção Voluntária Internacional)
Kinga Lohman	Director Executivo, Karat Coalition (Polónia)
Ruvimbo Mabeza-Chimedza	Professor de Economia Agrícola, Universidade do Zimbabué
Remedios Rikken	Director de Operações, Centro para Mulheres da Região Ásia-Pacífico na Política (CAPWIP)
Rosalba Todaro	Investigador, Centro de Estudos de Mulheres (Chile)
Savithri Wijesekera	Director Executivo, Mulheres em Necessidade (Sri Lanka)
Mona Zulficar	Presidente de EGCG, Parceiro Sénior e Presidente do Comité Executivo, Gabinete de Advogados Shalakany (Egipto)

Anexo 2: Membros do Comité Executivo do Plano de Acção do Banco Mundial

Name	Title	Region/Network/Org.
Mayra Buvinic (Chair)	Director	PRMGE
Sudhir Shetty	Sector Director	AFTPM
Shaida Badiie	Director	DECDG
Nisha Agrawal	Country Manager RM Phnom Penh, Cambodia	EACSF
Asad Alam	Sector Manager	ECSPE
Maureen Lewis	Adviser	HDNVP
Rachel Kyte	Director, Environmental and Social Development	CESDR
Jaime Saavedra	Sector Manager	LCSP
Elizabeth Adu	Deputy General Council	LEGVP
Mustapha Nabli	Chief Economist and Sector Director	MNSD
Susan Stout	Manager, Operations Policy and Country Services Results Secretariat	OPCRX
Luca Barbone	Sector Director	PRMPR
Shanta Devarajan	Chief Economist	SARVP
Ian Bannon	Manager, Conflict Prevention & Reconstruction Team	SDN

Anexo 3: Acordos de Implementação Propostos para o Plano de Acção




 Círculo
alimentação
Recíproca

Siglas

DEC	Economia de Desenvolvimento	LEG	Departamento Jurídico	RVP	Vice-presidente Regional
EGCG	Grupo Consultivo Externo para Questões de Género	NVP	Vice-presidente das Redes (Networks)	UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres
ICRW	Centro Internacional para Pesquisa sobre Mulheres	OPCS	Políticas Operacionais e Serviços aos Países		
IFC	Sociedade Financeira Internacional	PREM	Redução da Pobreza e Gestão Económica		

Nota: A Acção 4 seria executada pelos Assuntos Externos em colaboração com os executores das Acções 1, 2 e 3.